

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILMA. SRA. PREGOEIRA OFICIAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALISTICA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Pregão Eletrônico nº 08/2021

(Processo Administrativo nº 08201.001014/2020-48)

LUNUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 61.032.892/0001-05, com sede na Rua Coronel João Cursino, nº 33, sobreloja, Vila Icarai, São José dos Campos/SP, CEP 12.243-680, vem respeitosamente à presença de V. Sa., com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no subitem 11.2.3 do Edital, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que julgou habilitada e vencedora a proposta apresentada pela licitante Inovatec Instrumentação Analítica e Científica Ltda., consoante as relevantes razões de fato e direito a seguir aduzidas:

I

A licitante Inovatec Instrumentação Analítica e Científica Ltda. foi declarada habilitada e vencedora do "Item 1 – Espectrômetro" do Pregão Eletrônico nº 08/2021, a saber, o "equipamento de análise isotópica em água por CRDS (Cavity Ring-Down Spectroscopy ou Espectroscopia de Cavidade Ressonante do tipo "ring-down")", conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Contudo, a proposta apresentada pela licitante Inovatec DEVE SER DESCLASSIFICADA por manifesta desconformidade com as especificações técnicas exigidas pelo edital, consoante as razões adiante expostas e demonstradas.

II

O Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal credencia-se não apenas como o maior instituto de perícias criminais do Brasil, mas como um dos maiores do mundo, tanto em área construída quanto em diversidade de exames forenses. Inclusive vale destacar que, muito recentemente, foram concluídas e inauguradas as novas instalações do Instituto – uma obra estratégica para a Polícia Federal na medida em que amplia a sua capacidade de análises laboratoriais, ao mesmo tempo em que possibilita a capacitação de Peritos Criminais e de servidores das Forças de Segurança de todo o País, melhorando a qualidade dos serviços ofertados para a Segurança Pública em nível nacional.

Como amplamente divulgado pela Polícia Federal, a ampliação do Instituto Nacional de Criminalística propiciou a criação de mais de 50 novos laboratórios e a reforma e readequação dos laboratórios existentes, atendendo às diversas áreas da Criminalística, de modo que essa ampliação do parque de laboratórios do Instituto Nacional de Criminalística possibilitará a centralização da realização de exames periciais, com substancial economia para a Polícia Federal.

Não custa observar que o Instituto Nacional de Criminalística – referência mundial na área de criminalística e ciências forenses – é o ÓRGÃO CENTRAL DA PERÍCIA CRIMINAL FEDERAL, e abriga laboratórios de 14 setores e serviços de perícias especializadas, com capacidade para atender a demandas de Medicina e Odontologia Legal, Perícias Externas, Local de Crime, Bombas e Explosivos, Meio Ambiente, Engenharia Legal, Eletrônica e Audiovisual, Informática, Genética Forense, Documentoscopia, Química Forense, e Geoprocessamento (incluindo o centro operacional do Programa Brasil M.A.I.S.), Merceologia e Crimes Financeiros.

Portanto, pode-se compreender a RELEVÂNCIA do objeto deste Pregão Eletrônico nº 08/2021 para a execução e a ampliação dessas importantes atividades desenvolvidas pela Polícia Federal, conforme se lê do subitem 1.1 do Edital: "O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos destinados ao preparo de amostras e determinação de razão isotópica em substâncias e materiais dentro do escopo de atuação do Laboratório Nacional de Isótopos Forenses (LANIF/INC/DITEC/PF), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos".

A propósito, a justificativa para a aquisição desses equipamentos vem assim destacada no Termo de Referência: "Item 1.7 Os equipamentos listados serão utilizados, no âmbito da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, para o preparo de amostras e determinação de razão isotópica em substâncias e materiais dentro do escopo de atuação do Laboratório Nacional de Isótopos Forenses (LANIF/INC/DITEC/PF). A aquisição se faz necessária frente à necessidade de implantação do Laboratório Nacional de Isótopos Forenses (LANIF) no Instituto Nacional de Criminalística, dotando-o de capacidade de determinação de razões isotópicas em amostras de água, substâncias e materiais como madeira, folhas, pelos, dentre outros. Tal técnica, combinada com a aquisição de Espectrômetro de Razão Isotópica, objeto do processo SEI nº 08201.000883/2020-55, permitirá a análise de vestígios de diversas características, de amostras sólidas a líquidas, mesmo aquelas que necessitem de purificação prévia à realização das análises isotópicas".

Ou seja, trata-se de relevante e robusto investimento de recursos públicos que precisa de garantia de que os equipamentos a serem adquiridos possam, de fato, preencher às efetivas necessidades do Instituto Nacional de Criminalística. De nada adiantará dispor de novas e modernas instalações se, porventura, os equipamentos adquiridos não estiverem à altura desses investimentos. Para que esse notável órgão da Polícia Federal mantenha-se na vanguarda mundial das perícias, os equipamentos também precisam ser de ponta!

No entanto, um exame atento revela que a proposta tida como vencedora (apenas em razão do preço inferior) apresentada pela Inovatec NÃO ATENDEU aos requisitos técnicos exigidos para o "Item 1 – Espectrômetro" pelo

Termo de Referência (Anexo I do Edital)!

Como se depreende do subitem 1.7.1.c) do Termo de Referência (que trata do equipamento de análise isotópica em água por CRDS (Cavity Ring-Down Spectroscopy ou Espectroscopia de Cavidade Ressonante do tipo "ring-down") ou tecnologia de cavidade equivalente baseada por laser, com voltagem de 220-240 V), consta, dentre outras, a seguinte especificação técnica:

"c) Módulo de micro combustão PARA REMOÇÃO de orgânicos por oxidação a altas temperaturas OU OUTRA POSSIBILIDADE DE ELIMINAÇÃO de interferência de orgânicos na análise;" (destaques nossos)

No entanto, o equipamento ofertado pela licitante Inovatec (do fabricante ABB) NÃO ATENDE a esse requisito!

Isso porque o modelo ofertado apenas provê informações de micro combustão POR SOFTWARE, o que significa que há apenas uma estimativa dos valores dos orgânicos E NÃO a sua ELIMINAÇÃO FÍSICA, tal como exige o Termo de Referência.

Senão, vejamos!

Como visto acima, o subitem 1.7.1.c) do Termo de Referência EXIGE "MÓDULO DE MICRO COMBUSTÃO PARA REMOÇÃO de orgânicos por oxidação a altas temperaturas ou outra possibilidade de ELIMINAÇÃO de interferência de orgânicos na análise".

Portanto, o aludido subitem 1.7.1.c) é absolutamente claro ao especificar a obrigatoriedade de ELIMINAÇÃO (REMOÇÃO) de orgânicos e interferências na amostra. Daí a função a ser exercida primordialmente por esse módulo indicado pelo descritivo técnico.

Ocorre que ISSO NÃO PODE SER FEITO APENAS POR SOFTWARE! Ora, o software apenas estipula um modelo de correção de parâmetros, mas os compostos orgânicos continuam a existir e a interferir na análise, na amostra.

Pois bem, o sistema fabricado pela Picarro (o qual foi indicado na proposta da ora Recorrente) realiza com precisão e exatidão de resultados a REMOÇÃO (ELIMINAÇÃO) das interferências causadas pela existência de compostos orgânicos na quantificação isotópica da água pelo método de oxidação a altas temperaturas. Ou seja, é a única licitante que atende às especificações técnicas necessárias e desejadas pelo Laboratório Nacional de Isótopos Forenses da Polícia Federal (LANIF/INC/DITEC/PF).

No entanto, a solução [do fabricante ABB] proposta pela licitante Inovatec NÃO ATENDE a essa especificação técnica porque sua maneira de analisar os orgânicos é VIA SOFTWARE, que é capaz APENAS de ESTIMAR quantitativos mas NÃO DE OS ELIMINAR por oxidação a altas temperaturas nem por outra possibilidade.

Não se trata de uma exigência meramente formal ou irrelevante! Pelo contrário, o sistema detalhado pelo Termo de Referência foi especificado COM BASE NAS REAIS NECESSIDADES do usuário do LANIF/INC/DITEC/PF, qual seja, a de realizar quantificações precisas e exatas dos isótopos de água, o que é realizado, via eliminação de interferências, pelo módulo de micro combustão (MCM).

A propósito, confira-se a relevância desse projeto na justificativa indicada pelo Termo de Referência:

"2.5. Uma grande vantagem da técnica isotópica é a RAPIDEZ e OBJETIVIDADE da análise laboratorial. A partir do resultado analítico, é possível alcançar inferências importantes a respeito de vários aspectos da conduta delitiva, tais como origem do vestígio ou material traficado, rotas da ação criminosa, processos de adulteração ou contrafação e autoria, dentre outros. Seguindo tal tendência, o Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal instituiu como diretriz estratégica a criação de bancos de dados isotópicos e o emprego das análises isotópicas em investigações policiais e processos criminais. NESTE CONTEXTO, A IMPLEMENTAÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ISÓTOPOS FORENSES (LANIF) IRÁ ELEVAR A QUALIDADE TÉCNICA DA PROVA PERICIAL PRODUZIDA PELA POLÍCIA FEDERAL A UM NÍVEL DE VANGUARDA TECNOLÓGICA EQUIPARADA AOS PAÍSES MAIS DESENVOLVIDOS DO MUNDO."

Essas necessidades (PRECISÃO e AGILIDADE), contudo, NÃO serão atendidas e satisfeitas pelo equipamento ofertado pela licitante Inovatec, justamente porque seu produto apresenta apenas um software para estimativas de valores de orgânicos (sem ELIMINAÇÃO ou REMOÇÃO).

É importante novamente ressaltar: o MCM (módulo de micro combustão) apresenta vantagens técnicas que permitem a ELIMINAÇÃO das interferências pelo método de oxidação a altas temperaturas e, com isso, o INCREMENTO da precisão e exatidão dos resultados, única solução que, de fato, atende exatamente ao quanto especificado no subitem 1.7.1.c) do Termo de Referência, tal como previsto e objetivado pelos técnicos do LANIF/INC/DITEC/PF.

Apenas a título de exemplificação, segue abaixo um breve comparativo entre a solução proposta pela Recorrente LUNUS (fabricante Picarro – módulo de micro combustão) e o modelo ofertado pela licitante Inovatec (fabricante ABB – software):

"1. MÉTODO

- a. O MCM realiza a remoção física dos orgânicos por oxidação catalítica de alta temperatura, transformando-os em CO₂ e H₂O atendendo ao item 1.7.1.c do TR.
- b. O software apenas estipula um modelo de correção e os compostos orgânicos continuam a existir na amostra e, dessa forma, não fazendo a sua eliminação por nenhuma das condições estipuladas pelo TR, especialmente em seu item 1.7.1.c do TR.

2. PREPARAÇÃO

- a. No MCM não existe preparação de software ou de amostras, elas são injetadas diretamente e o resultado é obtido no mesmo momento.

b. No software existe a necessidade de montar o modelo de correção analisando amostras de águas com quantidades conhecidas de etanol ou metanol, o que acaba levando 1 dia de trabalho adicional. Este modelo de correção deve ser atualizado a cada lote novo de amostras.

3. PROCESSAMENTO

- a. No MCM, o processamento e obtenção dos resultados é em tempo real.
b. No software, os dados precisam ser reprocessados após o fim da rotina de análises.

4. TIPO DE COMPOSTOS ORGÂNICOS

- a. O MCM permite a remoção de qualquer tipo de composto orgânico.
b. No software somente é possível corrigir teores de orgânicos provenientes de etanol ou metanol, e não de outros compostos orgânicos, o que impacta na exatidão dos resultados.

5. LIMITAÇÃO DE ANÁLISE

- a. Não existe uma limitação no uso do MCM para amostras aquosas podendo analisar $\square 180$, $\square 170$, $\square D$ e excesso de $O17$.
b. No software a correção não é possível de ser aplicada para outros compostos que possam existir na amostra sem ser etanol ou metanol, e não é possível realizar a correção do delta do Deutério ($\square D$) quando existe etanol na amostra."

Portanto, o sistema de correção por software realiza a CRIAÇÃO DE UM ALGORITMO para compensar os compostos orgânicos existentes provenientes de etanol e metanol, mas estes CONTINUAM A EXISTIR NA AMOSTRA e AFETAM as leituras do Laser, o que está em desacordo com o solicitado no subitem 1.7.1.c) do Termo de Referência! Logo, o equipamento ofertado pela licitante Inovatec NÃO ATENDE ÀS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL!

Por outro lado, o equipamento oferecido pela ora Recorrente (sistema fabricado pela empresa Picarro) também possui a ferramenta de software (chamado Chemcorrect) para realizar este tipo de correção, mas seu equipamento apresenta o Módulo de Micro Combustão (MCM) e está configurado para obter o melhor resultado, mediante ELIMINAÇÃO e REMOÇÃO de orgânicos pelo método de oxidação a altas temperaturas, exatamente como especificado no subitem 1.7.1.c) do Termo de Referência.

Vale destacar que a presente licitação pública não trata da aquisição de um equipamento de baixo nível de complexidade ou exigência técnica. Pelo contrário, o nível de precisão do equipamento que se busca para o Laboratório Nacional de Isótopos Forenses É EXATAMENTE O QUE FAZ A DIFERENÇA ENTRE UM ÓRGÃO INVESTIGATIVO DE PONTA E OS DEMAIS!

Não faria sentido dispensar de nenhuma proposta de fornecimento do equipamento justamente a função mais importante do componente MCM indicada pelo Termo de Referência, qual seja, a de ELIMINAÇÃO e/ou REMOÇÃO das impurezas orgânicas que podem interferir na análise...

Para as altíssimas exigências de um laboratório de perícias criminais – como certamente pretende e deseja o Instituto Nacional de Criminalística, o equipamento ofertado pela Inovatec NÃO atende a esse requisito técnico, o que pode comprometer não apenas a precisão das análises como também o próprio nível de excelência almejado pela Administração Pública, notadamente em órgão revestido de tamanha capacidade e reputação.

Destarte, não basta que o preço seja menor para que uma proposta seja automaticamente aceita; afinal, é o próprio Edital (subitem 1.3) que estabelece que "o critério de julgamento adotado será o menor preço/ item" DESDE QUE "observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto".

Não tendo satisfeito essa exigência técnica, resta DESCUMPRIDA uma das condições expressamente constantes do edital, não sendo possível ter-se como válida e habilitada a proposta ofertada pela licitante Inovatec!

Além disso, há um outro aspecto de desconformidade que também enseja a desclassificação da proposta da licitante Inovatec!

Isso porque o subitem 13.1 do Termo de Referência que embasa o Edital é claro e taxativo ao prescrever: "Para o item 01, a garantia mínima será de 36 (trinta e seis) meses, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO EQUIPAMENTO (...)"

Ocorre que, da simples leitura da proposta apresentada pela licitante Inovatec, verifica-se que A GARANTIA POR ELA OFERTADA PREVÊ CONDIÇÕES DIFERENTES e que caracterizam divergência em relação às condições contratuais estipuladas pela Administração Pública:

"Garantia: 36 meses de garantia do fabricante, cobrindo apenas defeitos de fabricação. DATA DE INÍCIO DA GARANTIA A CONTAR DA DATA DE INSTALAÇÃO DA MERCADORIA ou 3 meses após o recebimento do material, o que vier primeiro."

Ora, tal condição contraria o quanto foi exigido pelo subitem 13.1 do Termo de Referência (36 meses contados A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO), em clara violação ao instrumento convocatório.

A existência de condição diversa quanto ao termo inicial da garantia (data da instalação x data do recebimento definitivo) pode acarretar graves prejuízos à Administração Pública (que terá um prazo efetivo de garantia bem menor), os quais não podem ser menosprezados. E não se trata de equipamento de baixo valor que possa justificar uma parcial renúncia ao efetivo prazo de garantia indicado no edital...

Assim, não estando a proposta da licitante Inovatec em conformidade com todos os requisitos estabelecidos e exigidos no instrumento convocatório, de rigor a aplicação do disposto nos subitens 7.2 e 10.5 do Edital:

"7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, DESCLASSIFICANDO DESDE LOGO AQUELAS QUE NÃO ESTEJAM EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL, contenham vícios insanáveis

ou NÃO APRESENTEM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.”

“10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, NÃO SENDO CONSIDERADA AQUELA QUE NÃO CORRESPONDA ÀS ESPECIFICAÇÕES ALI CONTIDAS ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.”

Logo, e justamente por não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, a proposta apresentada pela licitante Inovatec deve ser DESCLASSIFICADA!

Decorre daí que a Administração Pública não pode ser obrigada a contratar com uma empresa cuja proposta contempla equipamento que NÃO preenche NEM satisfaz corretamente as exigências constantes do edital, sob pena de violação aos princípios da eficiência, da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

Daí porque a lei impõe a DESCLASSIFICAÇÃO dessa proposta, nos termos do art. 48, I, da Lei nº 8.666/1993:

“Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que NÃO ATENDAM às exigências do ato convocatório da licitação;”

Nesse sentido, e como observa o jurista MARÇAL JUSTEN FILHO:

“Antes de tudo, a Administração tem de respeitar o ato convocatório. se houve explícita referência à inexecutabilidade e sobre critérios de desclassificação correspondentes, A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE IGNORAR O CONTEÚDO DAS PRÓPRIAS EXIGÊNCIAS – especialmente porque uma parcela dos licitantes pode ter respeitado lealmente a disciplina do ato convocatório, não sendo admissível a lesão a seus interesses como decorrência de sua honestidade.” (“Comentários à lei de licitações e contratos administrativos”, 8ª Edição, Editora Dialética, 2001, p.655)(destaques nossos)

A propósito, e conforme esclarece HELY LOPES MEIRELLES:

“A legalidade, como princípio de administração (Constituição Federal, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.” (Direito administrativo brasileiro, 38ª edição, São Paulo: Malheiros, São Paulo, 2012, p.89).

Em decorrência do princípio da legalidade, tem-se que a Administração Pública não pode agir contra a lei ou além da lei, só podendo agir nos estritos limites da lei.

No mesmo sentido, ensina MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO:

“O procedimento da licitação é quase inteiramente vinculado; é vinculado à lei e ao edital. A discricionariedade está presente na elaboração do edital. A partir daí, tudo o que nele se contiver e não for impugnado pelos licitantes, obriga a Comissão de Licitação e os licitantes. As exigências são iguais para todos; a liberdade em relação a um licitante vem em prejuízo dos outros, que atenderam a todas as exigências do edital, ofendendo, portanto, o princípio da isonomia. O RIGORISMO É IGUAL PARA TODOS E CONSTITUI UMA GARANTIA DE LEGALIDADE E DE IGUALDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO E PARA O ADMINISTRADO (...).” (Temas polêmicos sobre licitações e contratos, 5ª edição, São Paulo: Malheiros, 2003, pp.39-45)(destaques nossos)

Ademais, e conforme orientação já consolidada pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão 2479/2009 Plenário):

“DEIXE DE ACEITAR propostas em desacordo com as especificações técnicas, em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.”

Portanto, seja qual for o ângulo sob o qual se analise a questão, não resta outra alternativa senão a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta apresentada pela licitante Inovatec, nos moldes dos subitens 7.2 e 10.5 do Edital.

III

Diante do acima exposto, de rigor seja DADO PROVIMENTO ao presente recurso para o fim de que a proposta da licitante Inovatec Instrumentação Analítica e Científica Ltda. seja DESCLASSIFICADA no âmbito do Pregão Eletrônico nº 08/2021, nos moldes dos subitens 7.2 e 10.5 do Edital e em respeito aos princípios da legalidade, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório (art. 48, I, da Lei nº 8.666/1993).

Termos em que,
P. Deferimento.

São José dos Campos, 09 de agosto de 2021.

LUNUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI
Marcus Moraes
Titular-Administrador
CPF/MF 268.489.368-39
CREA/SP 5060711305

Fechar